



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS**

<b>Processo TC</b>	4549/989/18
<b>Poder</b>	EXECUTIVO
<b>Município</b>	Olímpia
<b>Entidade</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA
<b>Período</b>	09/2018
<b>Relator</b>	Dr. Antonio Roque Citadini
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-08 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DO RIO PRETO
<b>Responsável</b>	Fernando Augusto Cunha
<b>Cargo</b>	PREFEITO
<b>CPF</b>	018.739.748-17
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2018 a 31/01/2018; 01/02/2018 a 28/02/2018; 01/03/2018 a 31/03/2018; 01/04/2018 a 30/04/2018; 01/05/2018 a 31/05/2018; 01/06/2018 a 30/06/2018; 01/07/2018 a 31/07/2018; 01/08/2018 a 31/08/2018; 01/09/2018 a 30/09/2018

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 02/2016, vimos por meio deste alertá-lo(a) a respeito das seguintes situações:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **1.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)**

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9º da Lei Complementar nº 101/00.

### **1.2 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias**

Alerte-se que a receita previdenciária arrecadada acumulada ficou aquém da previsão orçamentária, demonstrando uma situação desfavorável, evidenciando eventuais falhas na estimativa de arrecadação ou nos repasses das contribuições

## **2 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

### **2.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada**

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

### **2.2 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração:** 05/11/2018  
**Hora da Geração:** 20:27:35